
editorial

QUANDO O EMBAIXADOR José Rollen Van-Deck desembarcou na costa de Marrocos a 3.10.1773, lançavam-se os primeiros pilares da ponte que, no ano seguinte, consubstanciada num Tratado de Paz, iria manter unidos em verdadeira estabilidade diplomática dois países de fronteiras marítimas sobranceiras à transição entre o Mediterrâneo e o Atlântico.

Portugal havia acabado de fechar a sua última porta em Marrocos, com a saída da Fortaleza de Mazagão, há muito desejada, mas aguardando o momento estratégico para se concretizar.

O cerco inexorável imposto pelas tropas xarifinas àquele último bastião português foi o pretexto que o Marquês de Pombal esperava para sair da hoje bem conhecida «*cité portugaise*», recentemente incluída na lista do Património Mundial da UNESCO, motivo de orgulho para dois povos.

Quando os parlamentares se sentaram à mesa das negociações, com o objectivo de atingirem uma plataforma de paz, havia uma vontade firme de ambas as partes de encontrar essa solução tão rapidamente quanto possível. E entre o desembarque do embaixador e a assinatura do Tratado mal passou um ano, o que reflecte bem a deliberada intenção de bem ajustar os interesses comuns – foi verdadeiramente um «*talant de bien faire*» para usar a divisa henriquina, não o *talento* como tantas vezes se diz, mas a *vontade* de fazer bem feito, sem a qual não há talento que valha.

Sempre presente, estava um português já adiantado em anos – estaria até, segundo a expectativa de vida da época, para além do que seria de esperar. Com os seus 73 anos, Jorge Colaço, velho comerciante português

em Tetuão, dominando o árabe e privando intimamente com a própria corte, revelou-se um personagem fundamental na definição e defesa da estratégia.

Não foi o primeiro diplomata acreditado na corte xarifina – esse papel, o de cônsul-geral, estava reservado a um hoje desconhecido Bernardo Simões Pessoa, que assentou arraiais em Mogador, bem para o sul, e que cedo regressaria a Portugal, quando percebeu que de Lisboa não lhe resolviam os problemas, inclusive da própria residência consular. Jorge Colaço saíra nomeado cônsul em Tânger, para onde se mudou da cidade de Tetuão, onde comerciava há anos. E foi preciso que Bernardo Pessoa morresse, para o consulado-geral ser transferido de Mogador, no sul, para Tânger, bem ao norte, sendo nessa altura Jorge Colaço promovido ao lugar de cônsul-geral. Na sua família se manterá esta função, como detalhadamente contará Jorge Forjaz, actual conselheiro cultural português em Rabat, na sua história dos Colaços, sedeados em Tânger até ao século xx e exemplo de como se serve a Pátria sendo expatriado.

É, aliás, uma história fascinante, a desta gente algarvia que se fixou em Gibraltar e daqui passou a Tetuão. Comerciantes *doublés* de diplomatas, diplomatas *doublés* de artistas! Ao longo de sucessivas gerações, e sempre tendo Tânger como pano de fundo, nos Colaços encontramos escritores, poetas, pintores, escultores, pianistas, actores de teatro, romancistas, ceramistas... É um catálogo de artistas, sob a mesma firma familiar. É, porventura, um retrato da própria ligação Portugal – Marrocos ao longo destes últimos 230 anos. O Instituto Camões associa-se às Comemorações dos 230 anos de Relações Diplomáticas entre

Portugal e Marrocos, reunindo alguns dos mais conhecidos especialistas dos dois países em torno deste projecto evocativo.

Trata-se dum duplo número editorial há muito previsto, mas cujo lançamento consideramos oportuno fazer coincidir com a VIII Cimeira Luso-Marroquina.

Porém se a efeméride se transformou numa ocasião privilegiada para celebrar a importância do que une os dois países, os seus laços, mesmo aqueles já existentes além da nacionalidade propriamente dita, nada têm de efémero.

A cultura portuguesa possui desde a sua génese um amplo legado patrimonial, com marcas que persistem desde a arquitectura às artes decorativas, dos inúmeros vocábulos a hábitos tradicionais do quotidiano, da ciência a técnicas agrárias.

Também Marrocos possui na sua história, no seu território e no seu património marcos indeléveis da presença portuguesa, desde o início do século xv. Haverá, contudo, que ler e interpretar as Crónicas para além dos feitos de força e, sobretudo, não esquecer os longos períodos de paz fundada na vontade dos povos em conviver lado a lado, em segurança, apesar das diferenças de opinião, de religião ou de sentido de Estado.

Trata-se, na realidade, dum importantíssimo

património histórico-cultural comum que, mediante uma abordagem moderna, merece um contínuo aprofundamento de trocas de conhecimento e de investigação.

Actualmente, a existência dum Centro Cultural Português em Rabat, onde é ministrado um curso de português, tal como na sua extensão em Casablanca, a presença dum leitor na Universidade de Fez fazem parte da estratégia nacional de divulgação e valorização da língua e cultura nacionais naquele país. Num futuro próximo, desejaria o Instituto Camões que o português viesse a fazer parte de currícula num amplo espectro universitário, estando a desenvolver esforços para a criação de licenciaturas em Língua e Cultura Portuguesas. Finalmente, quero agradecer ao Professor Dias Farinha, Comissário Científico e responsável pela escolha de autores e respectivas temáticas bem como pelo difícil trabalho de coordenação e revisão de textos e imagens, e aos eminentes pensadores, cujos testemunhos do seu saber servirão em muito uma longa, frutuosa e crescente relação entre as duas nações e culturas.

Simonetta Luz Afonso

PRESIDENTE DO INSTITUTO CAMÕES